

continuação

Gastos com plantio e tratos culturais estão substancialmente representados pelos gastos incorridos com a formação das safras tais como: sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciação e mão-de-obra aplicada nas culturas. A área a ser colhida correspondente aos ativos biológicos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Área plantada (hectares)	Área plantada (hectares)	Área plantada (hectares)	Área plantada (hectares)
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Grãos	6.372	6.940	10.430	9.985
Algodão	1.293	4.730	1.873	7.766
Cana	9.836	9.240	27.160	26.224
	17.501	20.910	39.463	43.975

a) Movimentação da atividade agrícola (Circulante)

	Controladora			Consolidado		
	Grãos	Algodão	Cana	Grãos	Algodão	Cana
Saldo em 30 de junho de 2024	17.170	60.826	39.621	22.138	61.896	111.636
Aumentos decorrentes de plantio	346.674	90.467	-	448.427	111.954	-
Aumentos decorrentes de tratos	-	-	108.864	-	-	300.016
Variação no valor justo	58.969	(3.484)	1.134	68.552	(5.421)	41.812
Reduções decorrentes da colheita	(395.604)	(86.278)	(119.482)	(500.253)	(90.094)	(330.782)
Variação cambial	-	-	-	(678)	(402)	(220)
Saldo em 30 de junho de 2025	27.209	61.531	30.137	38.186	77.933	122.462
Aumentos decorrentes de plantio	375.716	52.078	-	483.615	60.315	-
Aumentos decorrentes de tratos	-	-	94.876	-	-	265.269
Variação no valor justo	44.584	(10.076)	194	69.754	(15.446)	(23.062)
Reduções decorrentes da colheita	(416.377)	(61.703)	(76.674)	(544.730)	(80.105)	(215.197)
Variação cambial	-	-	-	(1.351)	(85)	(35)
Saldo em 30 de junho de 2026	31.132	41.830	48.533	45.474	42.612	149.437

Composto por:						
Custo histórico	27.965	37.163	36.590	40.336	38.963	117.776
Valor justo	3.167	4.667	11.942	5.138	3.649	31.661
Saldo em 30 de junho de 2026	31.132	41.830	48.532	45.474	42.612	149.437

b) Movimentação da atividade pecuária

	Controladora		Consolidado	
	Cabeças de Gado (em quantidade)	Gado (S)	Cabeças de Gado (em quantidade)	Gado (S)
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Em 30 de junho de 2024	13.899	29.255	13.899	29.255
Gastos com aquisição/nascimento	4.525	2.012	4.525	2.012
Gastos com manejo	-	-	-	-
Vendas	(5.441)	(16.273)	(5.441)	(16.273)
Mortes	(388)	(953)	(388)	(953)
Variação no valor justo	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2025	12.595	41.055	12.595	41.055
Gastos com aquisição/nascimento	2.157	1.750	2.157	1.750
Gastos com manejo	-	-	-	-
Vendas	(8.929)	(30.445)	(8.929)	(30.445)
Mortes	(151)	(518)	(151)	(518)
Variação no valor justo	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2026	5.677	19.448	5.677	19.448
Circulante	1.382	5.681	1.382	5.681
Não circulante	4.289	13.767	4.289	13.767

	Controladora		Consolidado	
	Cabeças de Gado (em quantidade)	Gado (S)	Cabeças de Gado (em quantidade)	Gado (S)
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Em 30 de junho de 2024	17.624	41.595	17.624	41.595
Gastos com aquisição/nascimento	8.501	10.263	8.501	10.263
Gastos com manejo	-	-	-	-
Vendas	(7.429)	(24.184)	(7.429)	(24.184)
Mortes	(488)	(1.384)	(488)	(1.384)
Consumo	(34)	(139)	(34)	(139)
Variação cambial	-	-	-	-
Variação no valor justo	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2025	18.174	59.204	18.174	59.204
Gastos com aquisição/nascimento	5.444	11.300	5.444	11.300
Gastos com manejo	-	-	-	-
Vendas	(10.494)	(39.132)	(10.494)	(39.132)
Mortes	(226)	(840)	(226)	(840)
Consumo	(52)	(265)	(52)	(265)
Variação cambial	-	-	-	-
Variação no valor justo	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2026	12.846	53.518	12.846	53.518
Circulante	8.557	39.751	8.557	39.751
Não circulante	4.289	13.767	4.289	13.767

c) Dados quantitativos da atividade pecuária, expressos em cabeças de gado

	Controladora		Consolidado	
	Gado consumível	Gado para produção	Gado consumível	Gado para produção
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Em 30 de junho de 2025	2.236	10.359	2.236	10.359
Em 30 de junho de 2026	1.383	4.289	1.383	4.289

	Controladora		Consolidado	
	Gado consumível	Gado para produção	Gado consumível	Gado para produção
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Em 30 de junho de 2025	3.500	14.674	3.500	14.674
Em 30 de junho de 2026	4.409	8.437	4.409	8.437

d) Hierarquia do valor justo em 30 de junho de 2026

	Controladora		Consolidado	
	Valor	Valor	Valor	Valor
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Cana	48.533	149.437	48.533	149.437
Gado	19.448	53.518	19.448	53.518
Grãos	31.132	45.474	31.132	45.474
Algodão	41.830	42.612	41.830	42.612

Os inputs significativos não observáveis utilizados na mensuração do valor justo da cana-de-açúcar, grãos e algodão classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo, juntamente com uma análise de sensibilidade quantitativa em 30 de junho de 2026, são demonstrados abaixo:

Se de sensibilidade quantitativa em 30 de junho de 2026, são demonstrados abaixo:						
Descrição	Método de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Taxa %	Variação de inputs não observáveis	Aumento nos inputs	Redução nos inputs
Ativo biológico - Cana	Fluxo de caixa descontado	- Produtividade	11,79%	Produtividade média: 71,46 toneladas por hectares	Um aumento na produtividade gera um resultado positivo no valor justo dos ativos biológicos.	Uma redução na produtividade gera um resultado negativo no valor justo dos ativos biológicos.
		- ATR (Kg de açúcar por ton de cana)	11,79%	Açúcar total recuperável: ATR 115 a 140 por toneladas de cana.	Um aumento no ATR gera um resultado positivo no valor justo dos ativos biológicos.	Uma redução no ATR gera um resultado negativo no valor justo dos ativos biológicos.
Milho	Fluxo de caixa descontado	- Produtividade	11,79%	Produtividade: Média 93,85 sacas por hectares	Um aumento na produtividade gera um resultado positivo no valor justo dos ativos biológicos.	Uma redução na produtividade gera um resultado negativo no valor justo dos ativos biológicos.
Algodão	Fluxo de caixa descontado	- Produtividade	11,79%	Produtividade: Média 3,73 Toneladas por hectares	Um aumento na produtividade gera um resultado positivo no valor justo dos ativos biológicos.	Uma redução na produtividade gera um resultado negativo no valor justo dos ativos biológicos.

e) Variação do valor justo no resultado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Grãos	44.584	58.969	69.754	68.552
Algodão	(10.076)	(3.484)	(15.446)	(5.421)
Cana	194	1.134	(23.062)	41.812
Gado	(2.797)	14.505	834	17.728
	31.905	71.124	32.080	122.671

11. Propriedades para investimento (PPI)

	Controladora		Consolidado	
	Terra - Fazendas	Edifícios e benfeitorias	Abertura de área	Total em operação
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Saldo em 30 de junho de 2024	23.266	66.700	161.447	251.413
Aquisições	-	1.563	789	2.352
Baixas	-	(6.412)	(17.938)	(24.350)
Transferências	-	31.118	42.416	73.534
Transferências entre imobilizado x PPI	-	(33)	-	(33)
(-) Depreciação/Amortização	-	(4.409)	(23.464)	(27.873)
Saldo em 30 de junho de 2025	23.266	88.527	163.250	275.043
Aquisições	-	1.448	2.382	3.830
Baixas	-	(898)	(266)	(1.164)
Transferências	-	202	32.674	32.876
Transferências entre imobilizado x PPI	-	(33)	-	(33)
(-) Depreciação/Amortização	-	(6.809)	(29.171)	(35.980)
Saldo em 30 de junho de 2026	23.266	85.306	171.644	280.216
Custo total	23.266	93.519	274.241	391.026
Depreciação acumulada	-	(8.213)	(102.597)	(110.810)
Saldo contábil, líquido	23.266	85.306	171.644	280.216
Taxas anuais de depreciação (média ponderada) - %	-	4-20	5-20	-

	Controladora		Consolidado	
	Terra - Fazendas	Edifícios e benfeitorias	Abertura de área	Total em operação
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Saldo em 30 de junho de 2024	939.087	106.373	231.020	1.276.480
Aquisições	86	1.563	787	2.436
Aquisições - combinação de negócios (Nota 2.3)	-	2.689	-	2.689
Baixas	(12.782)	(6.412)	(17.938)	(37.132)
Transferências	-	32.657	44.705	77.362
Transferências entre imobilizado x PPI	-	(33)	-	(33)
(-) Depreciação/Amortização	-	(6.809)	(29.171)	(35.980)
Saldo em 30 de junho de 2025	920.816	129.552	228.424	1.278.792
Aquisições (*)	47.133	2.919	2.478	52.530
Baixas	(1.420)	(953)	(632)	(3.005)
Transferências	-	6.680	33.902	40.582
Transferências entre imobilizado x PPI	-	-	-	-
(-) Depreciação/Amortização	-	(9.136)	(32.766)	(41.902)
Saldo em 30 de junho de 2026	950.468	127.603	228.545	1.306.616
Custo total	950.468	148.106	373.725	1.472.299
Depreciação acumulada	-	(20.503)	(145.180)	(165.683)
Saldo contábil, líquido	950.468	127.603	228.545	1.306.616
Taxas anuais de depreciação (média ponderada) - %	-	4-20	5-20	-

(*) A Companhia baixou os recebíveis registrados da rubrica "Clientes" e reincorporou 2.218,5 hectares úteis como propriedades para investimento, reconhecidos pelo seu valor justo, no montante de R\$47.133, conforme demonstrado na nota explicativa 8.1.e. O quadro abaixo demonstra o valor justo das propriedades para investimento, comparados com seus valores contábeis:

		Hectares	
		30/06/2026	30/06/2025
		30/06/2026	30/06/2025
Fazenda	Estado		
Fazenda Jatobá	Bahia	8.886	8.868
Fazenda Alto Taquari	Mato Grosso	1.373	1.373
Fazenda Chaparral	Bahia	24.841	24.841
Fazenda Nova Buriti	Minas Gerais	24.212	24.212
Fazenda São José	Maranhão	17.566	17.566
Fazenda Marangatu y Udra	Boqueron Paraguai	58.523	58.722
Fazenda Arrojadinho	Bahia	16.644	16.644
Fazenda Rio do Meio	Bahia	9.845	5.753
Fazenda Serra Grande	Piauí	4.489	4.489
Fazenda Acres del Sud	Bolívia	9.882	9.875
Fazenda Panamby	Mato Grosso	10.793	10.793
		187.056	183.136

(*) Em 30 de junho de 2026, as propriedades foram avaliadas por empresa independente. O valor de venda comparável das propriedades para investimento é ajustado considerando aspectos específicos de cada propriedade, sendo o preço por hectare o item mais relevante das premissas. O valor justo apresentado é considerado como nível 3 na hierarquia do valor justo e não houve reclassificações entre os níveis durante o exercício. O preço da soja considerado na data-base do trabalho em 30 de junho de 2026 nos estados brasileiros, foi de R\$105,11 em Bahia, R\$106,19 em Maranhão, R\$106,52 em Mato Grosso, R\$107,22 em Piauí e R\$106,52 em Minas Gerais (R\$108,29 em Bahia, R\$109,38 em Maranhão, R\$109,71 em Mato Grosso, R\$110,42 em Piauí e R\$109,71 em Minas Gerais na data de 30 de junho de 2025). O Dólar de fechamento para o mesmo período foi de R\$/USD

Subsidiárias

Imobiliária Araucária Ltda.	69.301	100	94.182	
Imobiliária Cremaq Ltda.	30.256	100	31.400	
Imobiliária Jaborandi Ltda.	44.445	100	82.211	
Imobiliária Cajueiro Ltda.	59.219	100	306.578	
Imobiliária Mogno Ltda.	289.176	100	383.922	
Imobiliária Ceibo Ltda.	103.945	100	114.649	
Imobiliária Flamboyant Ltda.	863	100	647	
Palmeiras S.A.	104.101	100	354.342	
Agropecuária Moroti S.A.	68.962	100	-	
AgriFirma Agro Ltda.	289.681	100	926.418	5
Agropecuária Acres Del Sud S.A.	902	100	73.197	
Ombú Agropecuária S.A.	484	100	47.709	
Yuchán Agropecuária S.A.	97	100	79.009	
Yatay Agropecuária S.A.	282	100	-	
Joint Venture e outros investimentos				
Cresca S.A.		50	-	
Agrofy Global		1,66	-	

continuação

15. Arrendamentos a pagar e obrigações correlatas				
	Controladora		Consolidado	
	Arrendamentos operacionais - IFRS 16	Arrendamentos operacionais - Restauração do canavial	Total	
Em 30 de junho de 2024	407.159	286.605	75.455	362.060
Novos contratos	19.517	28.109	-	28.109
Combinação de negócios (Nota 2.3)	-	44.565	-	44.565
Incorporação de contratos de controladoras	9.794	-	-	-
Remensuração	15.920	35.800	-	35.800
Pagamentos	(97.708)	(78.762)	-	(78.762)
Baixas	(43)	(1.980)	-	(1.980)
Juros	60.645	49.742	(2.210)	47.532
Atualização	(6.372)	(11.444)	-	(11.444)
Variação cambial	-	(96)	-	(96)
Em 30 de junho de 2025	408.912	352.539	73.245	425.784
Novos contratos	17.680	23.837	-	23.837
Remensuração	(12.427)	(14.786)	-	(14.786)
Pagamentos	(104.396)	(88.418)	-	(88.418)
Baixas	(304)	(529)	-	(529)
Juros	70.004	59.888	(295)	59.593
Atualização	2.540	2.540	-	2.540
Variação cambial	-	(456)	-	(456)
Em 30 de junho de 2026	382.009	334.615	72.950	407.565
Circulante	111.324	83.613	-	83.613
Não Circulante	270.685	251.002	72.950	323.952

Atualmente os principais contratos da Companhia passíveis de aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16 se referem a operações de parcerias agrícolas e arrendamento de terras, além de outros contratos de menor relevância que envolvem o aluguel de maquinários, veículos e imóveis. A Companhia possui contrato de parceria agrícola para cultivo de cana-de-açúcar (Parceria IV) abrangendo 15 mil hectares agricultáveis, que estabelece a obrigação de recomposição do canavial na entrega do contrato. O acordo tem duração de 15 anos e entrega prevista para 2032, podendo ser prorrogado pelo mesmo período. As baixas ocorrerão sempre que houver o pagamento efetivo do arrendamento, além da atualização periódica pela variação da soja ou cana-de-açúcar. Os impactos do ajuste a valor presente, serão reconhecidos no Resultado Financeiro. Em 30 de junho de 2026, a Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de terceiros e aluguéis de prédios, assim distribuídos:

(escopo IFRS 16)			
Denominação	Localização	Controladora	Consolidado
		Moeda	
Fazenda Avarandado (Parceria II)	Ribeiro Gonçalves - PI	R\$	55.051
Fazenda ETH (Parceria III)	Alto Taquari - MT	R\$	7.277
Fazenda Agro-Serra (Parceria IV)	São Raimundo de Mangabeira - MA	R\$	-
Fazenda Xingu (Parceria V)	Região do Xingu - MT	R\$	42.314
Fazenda Regalito (Parceria V)	Região do Xingu - MT	R\$	39.188
Fazenda Serra Grande II (Parceria VII)	Ribeiro - PI	R\$	26.198
Fazenda Unagro (Parceria VII)	Santa Cruz - Bolívia	R\$	-
Fazenda São Domingos (Parceria IX)	Comodoro - MT	R\$	47.925
Fazenda Alto da Serra (Parceria X)	Brotas - SP	R\$	32.992
Fazenda Zanoní (Parceria X)	Novo São Joaquim - MT	R\$	-
Arrendamentos Intercompany	N.A.	R\$	110.118
Aluguéis de veículos	N.A.	R\$	2.825
Serviços com ativos identificados	N.A.	R\$	13.018
Terrenos - Outros	N.A.	R\$	5.103
Aluguéis de veículos e escritório no Paraguai	Assunção - Paraguai	R\$	-
		R\$	382.009
		R\$	407.565

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures				
	Taxa		Controladora	
	Indexador	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026
Custeio agrícola	Pré + CDI	9% a 16%	8% a 15%	157.172
Custeio agrícola (USD)	Pré	5% a 6%	3% a 7%	-
Custeio agrícola (PYG)	Pré	11%	11%	-
Investimento e Expansão	Pré	3% a 9%	3% a 10%	31.459
Financiamento de maquinário	Pré	10%	9% a 12%	7.655
Financiamento cana de açúcar	Pré	6%	6%	-
Debêntures	Pré + IPCA	5% a 12%	5% a 12%	503.995
(-) Custos da transação				(4.938)
				695.343
Circulante				154.532
Não Circulante				540.811
Referências: USD - Moeda dos Estados Unidos (Dólar); PYG - Moeda do Paraguai (Guarani); IPCA - Índice nacional de preço ao consumidor; CDI - Certificado de depósito interbancário. Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures de circulante e não circulante prazo apresentam a seguinte composição:				431.023

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
1 ano	264.320	154.532	475.018	355.841
2 anos	256.414	195.656	317.681	214.531
3 anos	82.763	196.520	134.145	198.023
4 anos	42.938	34.674	44.411	36.177
5 anos	43.284	44.674	44.757	36.177
Acima de 5 anos	5.624	60.641	8.288	44.770
	695.343	656.697	1.024.300	885.519

Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures						
	Controladora		Consolidado		Controladora	
	30/06/2025	Contratação	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026
Custeio agrícola	84.151	225.358	(154.709)	14.800	-	157.172
Custeio agrícola (USD)	47.719	-	(45.196)	1.270	(1.428)	-
Financiamento para Investimento e Expansão	37.898	-	(6.329)	2.643	-	31.459
Financiamento de maquinário	3.097	4.360	(356)	641	-	7.655
Debêntures	489.564	-	(36.944)	51.375	-	503.995
Operações de risco sacado	-	37.500	(1.915)	1.915	-	-
(-) Custos da transação	(5.732)	(1.206)	-	2.000	-	-
	656.697	266.012	(244.090)	74.644	(1.428)	695.343

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	Contratação	30/06/2025	30/06/2026
Custeio agrícola	7.881	115.901	(39.703)	4.456
Custeio agrícola (USD)	-	96.934	(46.056)	2.556
Financiamento para Investimento e Expansão	21.623	14.096	(799)	2.978
Financiamento de maquinário	3.060	-	(40)	267
Debêntures	472.765	-	(35.681)	52.481
(-) Custos da transação	(7.700)	-	-	1.967
	497.629	226.931	(85.949)	64.705

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	Contratação	30/06/2025	30/06/2026
Custeio agrícola	197.647	500.872	(284.558)	37.045
Custeio agrícola (USD)	122.883	69.556	(138.366)	5.105
Custeio agrícola (PYG)	12.364	-	(14.974)	595
Financiamento para Investimento e Expansão	50.283	-	(7.374)	3.291
Financiamento de maquinário	4.509	4.360	(704)	809
Financiamento cana de açúcar	14.001	-	(6.201)	481
Debêntures	489.564	-	(36.944)	51.375
Operações de risco sacado	-	44.382	(44.382)	2.258
(-) Custos da transação	(5.732)	(2.556)	-	2.036
Em 30 de junho de 2026	885.519	616.614	(496.559)	102.995

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	Contratação	30/06/2025	30/06/2026
Custeio agrícola	104.211	254.405	(159.720)	15.560
Custeio agrícola (USD)	16.450	166.752	(77.116)	6.705
Custeio agrícola (PYG)	16.458	3.709	(7.324)	1.556
Financiamento para Investimento eExpansão	29.664	19.095	(1.045)	3.491
Capital de giro	-	-	(82)	89
Capital de giro (USD)	25.739	-	(25.286)	840
Financiamento de maquinário	3.060	-	(7.656)	565
Financiamento cana de açúcar	21.291	-	(6.200)	966
Debêntures	472.765	-	(35.681)	52.480
(-) Custos da transação	(7.700)	-	-	1.968
	681.938	443.601	(284.429)	84.131

A Companhia mantém convênio de risco sacado com instituições financeiras com o objetivo de otimizar a liquidez de sua cadeia de suprimentos e a gestão de seus compromissos com fornecedores estratégicos. Nessa modalidade, o fornecedor cede à instituição financeira o direito de recebimento dos títulos, passando a receber antecipadamente os respectivos valores, e o custo financeiro é de responsabilidade da Companhia. Movimentação da operação é demonstrada na rubrica "Operações com risco sacado".

O prazo médio de pagamento é de 129 dias. (a) **Empréstimos e Financiamentos:** **Cláusulas restritivas:** Os financiamentos estão denominados em Reais e reúnem características próprias e condições definidas em contratos com bancos governamentais de desenvolvimento econômico social, que repassam direta ou indiretamente os mesmos. Em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025, os financiamentos da Companhia não possuíam cláusulas restritivas financeiras, apenas operacionais, com as quais a Companhia encontra-se adimplente. (b) **Debêntures:** 28 Emissão: No dia 05 de maio de 2021, foram emitidas 240.000 (duzentos e quarenta mil) debêntures no total de R\$240.000, não conversíveis em ações, série única, com prazo total de 7 (sete) anos. As debêntures serão amortizadas em 2 (duas) parcelas iguais com vencimento em 13 de abril de 2027 e 12 de abril de 2028. Sobre o valor principal incidirão juros remuneratórios correspondentes a IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) mais 5,3658% a.a., os quais serão pagos em 7 (sete) parcelas anuais. As debêntures foram vinculadas a uma operação de securitização, servindo de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), nos termos da Instrução CVM nº 400/03 e da Instrução CVM nº 600/18. As debêntures contam com garantia real na forma de alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia. 3ª Emissão: No dia 16 de novembro de 2023, foram emitidas 165.000 (cento e sessenta e cinco mil) debêntures no total de R\$165.000, não conversíveis em ações, série única, com prazo total de 7 (sete) anos. As debêntures serão amortizadas em novembro de cada ano a partir de 2027 até 2030. Sobre o valor principal incidirão juros remuneratórios de 12,16% a.a., os quais serão pagos em 7 (sete) parcelas anuais. As debêntures contam com garantia real na forma de alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia. **Cláusulas restritivas:** As debêntures possuem cláusulas restritivas, em que os índices requeridos não poderão ultrapassar 30% da relação, dívida líquida/valor justo das propriedades para investimento e créditos por venda de fazendas, durante a vigência de contrato e atualizada conforme suas respectivas cláusulas contratuais. A não observância, pela Companhia, desses indicadores, durante a vigência das debêntures, poderá acarretar o vencimento antecipado da dívida. Em 30 de junho de 2026, e durante a vigência das debêntures, a Companhia encontra-se adimplente com as cláusulas restritivas descritas acima.

18. Imposto de renda e contribuição social: 18.1 Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existe um direito legal de compensar os créditos tributários com os débitos tributários e desde que se refiram à mesma autoridade fiscal e a mesma entidade jurídica. O exercício fiscal para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social difere do exercício social da Companhia que finaliza em 30 de junho de cada ano. A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Ativo				
Não circulante				
Prejuízos fiscais	222.204	166.316	268.866	205.319
Ativos biológicos	-	-	78	-
Arrendamentos a pagar (CPC 06/IFRS 16)	45.088	35.911	53.498	43.653
Ajuste a valor presente e outras provisões	2.723	2.871	31.708	30.747

Os passivos de arrendamento acima demonstrados, qual fazem parte do escopo do CPC 06 (R2)/IFRS 16, apresentam uma taxa de desconto com intervalo de 7,04% a 21,69%. Abaixo segue demonstrado fluxo de realização dos pagamentos dos arrendamentos supramencionados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
1 ano	111.324	83.613	-	-
2 anos	63.883	55.902	-	-
3 anos	50.505	43.310	-	-
4 anos	41.820	34.861	-	-
5 anos	33.126	30.420	-	-
Acima de 5 anos	81.351	159.459	-	-
	382.009	407.565	-	-

A Companhia também possui contratos de arrendamentos de terras com suas controladas (arrendamentos *intercompany*), por um prazo médio de 14 anos, a composição desses arrendamentos está demonstrada na nota explicativa 30. O valor das despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo, que possuem prazo contratual inferior a 12 meses e não contém opção de compra, bem como de contratos de arrendamento de ativos de baixo valor, não foram reconhecidos como passivos de arrendamento, por se enquadrarem nas exceções previstas no CPC 06 (R2)/IFRS 16. Esses contratos foram reconhecidos diretamente no resultado do exercício, de acordo com regime de competência ao longo de seu período de vigência, nas rubricas de "Custos das vendas" e "Despesas gerais e administrativas", conforme montantes de "Arrendamento e aluguéis em geral" na nota explicativa 23.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Fornecedores - Risco Sacado	32.705	55.512	60.664	103.659
Fornecedores - Risco Sacado	1.431	-	4.014	-
Tributos a pagar	522	2.031	8.835	16.659
Dividendos a pagar	15	32.785	15	32.785
Adiantamentos de clientes	26.089	6.417	33.794	16.767
Outras obrigações	425	2.104	2.793	6.160
Total circulante	61.187	98.849	110.115	176.029
Tributos a pagar	-	-	17.007	38.120
Outras obrigações	-	-	6.875	8.699
Total não circulante	-	-	23.882	46.819

A Companhia mantém convênio de risco sacado com instituições financeiras com o objetivo de otimizar a liquidez de sua cadeia de suprimentos e a gestão de seus compromissos com fornecedores estratégicos. Nessa modalidade, o fornecedor cede à instituição financeira o direito de recebimento dos títulos, passando a receber antecipadamente os respectivos valores. A instituição financeira, por sua vez, torna-se a credora da operação. A transferência do direito de recebimento dos títulos da Companhia, a critério do fornecedor, não muda o prazo de pagamento como também não implica no pagamento de juros por parte da Companhia, na medida que o custo financeiro de tal transferência é de responsabilidade do fornecedor. Durante o período, a Companhia movimentou R\$ 6.236 em operações de risco sacado, com prazo médio de pagamento dessas operações de 232 dias. Esse prazo médio de pagamento é similar para os fornecedores que não optam por antecipar seus recebíveis através da operação denominada "Fornecedores - risco sacado".

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
ISS a pagar	342	384	458	722
Impostos retidos	157	266	281	500
PIS e COFINS a pagar	-	-	2.671	4.754
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	4.248	7.866
IVA (Paraguai/Bolívia)	-	-	1.084	1.030
Outros impostos a pagar	23	1.381	93	1.787
Total circulante	522	2.031	8.835	16.659
PIS e COFINS a pagar	-	-	4.040	15.175
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	12.967	12.805
IVA/IRAGRO (Paraguai/Bolívia)	-	-	-	10.140
Total não circulante	-	-	17.007	38.120

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Custeio agrícola	157.172	84.151	423.785	197.647
Custeio agrícola (USD)	-	47.719	45.316	122.883
Custeio agrícola (PYG)	-	-	-	12.364
Investimento e Expansão	31.459	37.898	42.933	50.283
Financiamento de maquinário	7.655	3.097	8.713	4.509
Financiamento cana de açúcar	-	-	5.810	14.001
Debêntures	503.995	489.564	503.995	489.564
(-) Custos da transação	(4.938)	(5.732)	(6.252)	(5.732)
	695.343	656.697	1.024.300	885.519
	264.320	154.532	475.018	355.841
	431.023	502.165	549.282	529.678

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
1 ano	264.320	154.532	475.018	355.841
2 anos	256.414	195.656	317.681	214.531
3 anos	82.763	196.520	134.145	198.023
4 anos	42.938	34.674	44.411	36.177
5 anos	43.284	44.674	44.757	36.177
Acima de 5 anos	5.624	60.641	8.288	44.770
	695.343	656.697	1.024.300	885.519

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	Contratação	30/06/2025	30/06/2026
Custeio agrícola	84.151	225.358	(154.709)	14.800
Custeio agrícola (USD)	47.719	-	(45.196)	1.270
Financiamento para Investimento e Expansão	37.898	-	(6.329)	2.64

continuação

	Consolidado						
	30/06/2026						
	Atividade Agrícola						
	Total	Imobiliária	Pecuária	Grãos	Algodão	Cana	Outros (a)
Receita líquida	891.652	10.079	39.464	549.099	94.599	197.462	949
Ganho com venda de fazenda	2.078	2.078	-	-	-	-	-
Movimentação de valor justo de ativos biológicos	32.080	-	834	73.076	(15.446)	(23.063)	(3.321)
Reversão de provisão de produtos agrícolas após a colheita	(1.074)	-	-	(1.061)	-	-	(13)
Custo das vendas	(828.422)	(1.764)	(38.967)	(535.499)	(97.810)	(159.512)	5.130
Lucro (prejuízo) bruto	96.314	10.393	1.331	85.615	(18.657)	14.887	2.745
Receitas (despesas) operacionais	(72.546)	-	(267)	(53.942)	(18.248)	(89)	-
Despesas com vendas	(67.953)	-	-	-	-	-	(67.953)
Despesas gerais e administrativas	(8.732)	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	(52.917)	10.393	1.064	31.673	(36.905)	14.798	2.745
Resultado operacional	(7)	-	-	-	-	-	(7)
Equivalência patrimonial	(52.924)	10.393	1.064	31.673	(36.905)	14.798	2.745
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	(52.924)	10.393	1.064	31.673	(36.905)	14.798	2.745
Resultado financeiro	496.200	321.852	64	65.553	18.107	13.830	-
Receitas financeiras	(590.578)	(364.941)	(135)	(52.894)	(8.371)	(15.844)	(148.393)
Despesas financeiras	(147.302)	(32.696)	993	44.332	(27.169)	12.784	2.745
Resultado antes dos impostos	57.293	(5.989)	(338)	(15.073)	9.237	(4.347)	74.736
Imposto de renda e contribuição social	(90.009)	(38.685)	655	29.259	(17.932)	8.437	(73.555)
Lucro (prejuízo) líquido do período	3.706.838	2.132.939	66.490	454.907	78.216	239.995	87.980
Total do ativo	1.681.529	425.644	-	786.121	56.294	120.772	292.698
Total do passivo	-	-	-	-	-	-	-

a) Montante referente, em sua maioria, a rateio de mão de obra e outros custos da área de apoio às fazendas e custos com resíduos, custos de outros produtos (milheto, sorgo).

	Consolidado						
	30/06/2025						
	Atividade Agrícola						
	Total	Imobiliária	Pecuária	Grãos	Algodão	Cana	Outros (a)
Receita líquida	877.443	9.325	25.470	431.978	87.890	322.189	591
Ganho com venda de fazenda	180.086	180.086	-	-	-	-	-
Movimentação de valor justo de ativos biológicos	122.671	-	17.728	71.798	(5.421)	41.812	(3.246)
Reversão de provisão de produtos agrícolas após a colheita	(8.069)	-	-	(5.732)	(2.174)	-	(163)
Custo das vendas	(833.910)	(2.151)	(23.805)	(422.135)	(82.544)	(284.684)	(18.591)
Lucro (prejuízo) bruto	338.221	187.260	19.393	75.909	(2.249)	79.317	(21.409)
Receitas (despesas) operacionais	(59.511)	(6.927)	(466)	(38.722)	(13.369)	(27)	-
Despesas com vendas	(67.488)	-	-	-	-	-	(67.488)
Despesas gerais e administrativas	(4.753)	-	-	-	-	-	(4.753)
Outras receitas operacionais	206.469	180.333	18.927	37.187	(15.618)	79.290	(21.409)
Resultado operacional	(1.424)	-	-	-	-	-	(1.424)
Equivalência patrimonial	205.045	180.333	18.927	37.187	(15.618)	79.290	(21.409)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	205.045	180.333	18.927	37.187	(15.618)	79.290	(21.409)
Resultado financeiro	337.510	154.412	947	64.522	8.559	6.021	-
Receitas financeiras	(419.906)	(190.499)	(2.018)	(33.249)	(2.007)	(17.857)	(172.276)
Despesas financeiras	124.469	144.246	17.856	68.460	(9.066)	67.454	(21.409)
Resultado antes dos impostos	13.371	(13.326)	(6.071)	(23.276)	3.082	(22.934)	7.279
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	138.020	130.920	11.785	45.184	(5.984)	44.520	(14.130)
Total do ativo	3.834.877	2.375.913	68.279	437.265	129.965	255.144	80.913
Total do passivo	1.657.148	450.229	-	327.525	(152)	6.101	-

a) Montante referente, em sua maioria, a rateio de mão de obra e outros custos da área de apoio às fazendas e custos com resíduos, custos de outros produtos (milheto, sorgo). As contas patrimoniais estão representadas principalmente pelas contas "Contas a receber e outros créditos", "Ativos biológicos", "Estoque de produtos agrícolas" e "Propriedades para investimento". a) Informações sobre concentração de clientes: No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia possui 3 clientes que representam individualmente 10% ou mais das receitas consolidadas, totalizando 45,1% de seu faturamento total. Dos 3 clientes, 1 concentra 65,2% das receitas do segmento de cana de açúcar e 2 concentram 42,3% das receitas do segmento grãos/algodão. Não existem clientes nos outros segmentos que concentrem 10% ou mais da receita em relação ao faturamento total. b) Informações geográficas consolidadas: As receitas e os ativos não circulantes, exceto instrumentos financeiros e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, benefícios de pós-emprego e direitos provenientes de contratos de seguro do Consolidado, estão distribuídos da seguinte forma:

	No país		Subsidiárias no exterior	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita líquida	811.056	813.303	80.596	64.140
			Subsidiárias no exterior	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Ativo não circulante	1.915.815	1.665.648	427.566	466.077

22. Receitas: a) Vendas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de grãos	408.784	327.671	563.828	442.530
Receitas de algodão	79.964	86.548	99.146	90.583
Receitas de cana	56.867	100.088	199.604	325.265
Receitas de pecuária	31.264	17.390	40.591	26.457
Receitas de arrendamento	6.094	1.823	13.443	11.868
Outras receitas	4.405	4.956	5.604	5.026
Receita operacional bruta	587.378	538.476	922.216	901.729
Deduções de vendas	-	-	-	-
Impostos sobre vendas	(15.576)	(12.332)	(30.564)	(24.286)
Receita líquida de vendas	571.802	526.144	891.652	877.443

A receita da venda de ativos biológicos é reconhecida no momento em que ocorre a transferência do controle dos ativos ao cliente, geralmente no ato da entrega física dos ativos ou conforme estipulado contratualmente. Esse reconhecimento ocorre em um momento específico, conforme previsto no

23. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Custo dos produtos vendidos	35.618	-	2.041	37.659
Depreciação e amortização	25.200	3.727	37.636	66.563
Despesa com pessoal	73.263	-	5.555	78.818
Despesa com prestação de serviços	26.098	-	268	26.366
Arrendamento e aluguéis em geral	286.497	-	286.497	372.651
Custo da matéria-prima	76.203	-	76.203	112.815
Valor justo do custo dos produtos agrícolas	-	39.940	-	39.940
Frete e armazenagem	-	-	-	-
(Reversão) de perdas esperadas com recebíveis	-	4	-	4
Venda de fazenda	-	-	-	-
Manutenção, despesas com viagem e outras	7.873	-	8.760	16.633
Em 30 de junho de 2025	530.752	43.671	54.260	628.683
Depreciação e amortização	42.233	-	2.719	44.952
Despesa com pessoal	31.340	4.477	37.666	73.483
Despesa com prestação de serviços	76.998	-	6.909	83.907
Arrendamento e aluguéis em geral	28.638	-	152	28.790
Custo da matéria-prima	328.825	-	328.825	404.872
Valor justo do custo dos produtos agrícolas	35.966	-	35.966	76.400
Frete e armazenagem	-	52.209	-	52.209
Provisão de perdas esperadas com recebíveis	-	-	-	-
Manutenção, despesas com viagem e outras	12.362	-	7.943	20.305
Em 30 de junho de 2026	556.362	56.686	55.389	668.437

24. Pagamento baseado em ações: Em 02 de outubro de 2017, a Assembleia Geral aprovou a criação de um plano de remuneração de longo prazo baseado em ações ("Plano ILPA"). Nos termos do Plano ILPA, os participantes terão direito a um determinado número de ações se permanecerem na Companhia durante o período de carência e atingirem determinados indicadores-chave de desempenho ("KPIs"). O Plano ILPA estabelece que o Conselho de Administração terá amplos poderes para implementá-lo. As ações a serem outorgadas no âmbito do Plano ILPA não poderão exceder, em nenhum momento, o limite cumulativo de 2% das ações de emissão da Companhia. As ações são concedidas se os participantes permanecerem na Companhia até o final do período de carência e atingirem determinados KPIs. A valorização do preço da ação AGRO3 é um dos pilares do programa e se um percentual mínimo não for atingido, os participantes não terão direito ao recebimento de quaisquer ações. Se o KPI de valorização das ações for atingido, o número de ações concedidas será dividido em três faixas com base no nível de realização de outros três KPIs, sendo ajustado pelos dividendos por ação distribuídos no período de vesting. Os indicadores de desempenho incluem, além do preço da ação AGRO3, rentabilidade operacional, vendas de fazendas e capitalização de recursos. Em 01 de julho de 2023, iniciou o 3º Plano ILPA, o valor justo do benefício está estimado em R\$13,34 e R\$15,94, dependendo do perfil do participante e tem vigência de três anos. Na mensuração do valor justo do benefício foi considerada a cotação da ação AGRO3 na data da outorga e projetada a faixa provável de cotação da ação no final do período de vesting. O valor da despesa é ajustado por conta dessa revisão e os efeitos são reconhecidos prospectivamente. O total de ações que poderão ser exercidas até 30 de junho de 2026, é definido conforme atingimentos dos KPIs, e dividido nas categorias abaixo:

	Top	Target	Piso
Plano completo - total de ações	765.779	544.172	357.656
As principais premissas adotadas na mensuração do valor justo dos instrumentos concedidos no âmbito do 3º Plano ILPA, com base em modelos de precificação que consideram variáveis de mercado e características específicas do plano, são:			R\$24,85
Valor da ação no início do plano 03/07/2023			R\$32,90
Projeção da ação - DI			34,1%
Volatilidade anual			01/07/2023
Início			30/06/2026
Vencimento			9,8%
Taxa DI - 1 dia			R\$14,68
Volatilidade do valor da ação no período			Black-Scholes
Modelagem			O Plano ILPA é contabilizado seguindo as disposições do IFRS 2, tendo em vista que a Companhia recebe serviços dos participantes e, em troca, assume o compromisso de entregar ações próprias. As provisões contabilizadas referentes ao Plano ILPA totalizam R\$4.300. O montante remanescente dos planos encerrados é de (R\$1.976), resultando em um saldo em aberto de R\$2.324 em 30 de junho de 2026 (R\$1.216 em 30 de junho de 2025). A expectativa de entrega de ações nos KPI "Piso" após o período de vesting está demonstrado abaixo:

	Quantidade de ações	
Saldo em 30/06/2024		
Outorgadas	357.656	
Canceladas	(44.483)	
Saldo em 30/06/2025	313.173	
Canceladas	(28.449)	
Saldo em 30/06/2026	284.724	

25. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Ganho/Perda na venda de imobilizado	(2.377)	(877)	(2.528)	1.056
Despesas com novos negócios (i)	(862)	(4.804)	(862)	(4.804)
Ganhos/Perdas com demandas judiciais	(2.025)	1.300	(2.862)	338
Despesas com indenizações	-	(290)	-	(290)
Doações	(400)	(1.000)	(772)	(1.314)
Despesas tributárias	(778)	-	(1.838)	-
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	348
Outros	(208)	(1.588)	130	(88)
(6.650)	(7.259)	(8.732)	(4.754)	

(i) Refere-se à despesa de intermediação incorrida no processo de aquisição da Novo Horizonte, prospecção de novos negócios e indenizações com venda de fazenda.

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	Notas	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026
Receitas financeiras		10.688	5.811	23.703
Receitas de aplicações financeiras		3.837	1.413	6.526
Juros ativos		14.066	23.998	33.289
Variações cambiais (ii)		-	-	25.492

parágrafo 114 do CPC 47/IFRS 15, que determina que a entidade deve reconhecer receita quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho, transferindo o controle de um bem ou serviço ao cliente.

b) Ganho com venda de fazenda:

	Consolidado	
	Rio do Meio II (*)	Marangatu III
Venda de fazenda	1.254	3.163
Ajuste a valor presente	(249)	(104)
Receita bruta na venda da fazenda	1.005	3.059
Tributos sobre a venda	(37)	(47)
Valor residual da fazenda vendida	(293)	(1.609)
Ganho com venda de fazenda	675	1.403
Tributos sobre o lucro	(31)	(31)
Lucro líquido na venda de fazenda	644	1.403

(*) Em cumprimento as obrigações vinculadas às vendas de exercícios anteriores, foi reconhecida uma receita líquida de R\$1.005 referente medições oficiais da fazenda Rio do Meio. Este procedimento está relacionado ao conceito de contraprestação viável previsto no CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente.

	Consolidado	
	Rio do Meio II Alto Taquari IV	Preferência
Venda de fazenda	16.797	185.044
Ajuste a valor presente	(3.010)	(61.770)
Receita bruta na venda da fazenda	13.787	123.274
Tributos sobre a venda	-	(4.499)
Valor residual da fazenda vendida	(3.748)	(14.642)
Ganho com venda de fazenda	10.039	104.133
Despesas com venda	-	(3.699)
Tributos sobre o lucro	-	(3.796)
Lucro líquido na venda de fazenda	10.039	96.638

A receita decorrente da venda de propriedades rurais é reconhecida quando todos os critérios para a transferência do controle do ativo são atendidos, o que inclui a assinatura do contrato de compra e venda, a quitação ou início do pagamento conforme acordado, e a transferência dos riscos e benefícios ao comprador. Nos casos em que há cláusulas contratuais que impliquem em obrigações adicionais ou condições suspensivas, a Companhia avalia se o reconhecimento da receita deve ocorrer ao longo do tempo, conforme os critérios de desempenho contínuo previstos na norma.

	Controladora		Consolidado	
	Notas	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026
Valor presente em contratos de arrendamento (iii)		10.321	-	10.993
Valor justo de recebíveis de fazendas e outros passivos (iv)		-	-	287.580
Resultado realizado com derivativos (v)	7	103.248	69.737	103.248
Resultado não realizado com derivativos (vi)	7	30.194	108.915	30.861
		172.354	209.874	496.200
Despesas financeiras		(676)	(466)	(1.244)
Despesas de aplicações financeiras		(2.407)	(3.963)	(3.577)
Despesas bancárias		(74.538)	(64.609)	(103.744)
Juros passivos		-	-	(57)
Variações monetárias (i)		(8.821)	(22.410)	(9.692)
Variações cambiais (ii)		-	-	(25.114)
Valor presente em contratos de arrendamento (iii)		(79.825)	(61.471)	(70.209)
Valor justo de recebíveis de fazendas e outros passivos (iv)		-	-	(282.481)
Resultado realizado com derivativos (v)	7	(84.281)	(112.456)	(90.008)
Resultado não realizado com derivativos (vi)	7	(29.623)	(43.548)	(29.6

continuação

Conselho de Administração		
Eduardo S. Elsztain - Presidente do Conselho Alejandro G. Elsztain - Vice-Presidente Saul Zang - Membro do Conselho Matias Gaivironsky - Membro do Conselho Alejandro Gustavo Casaretto - Membro do Conselho Isaac Selim Sutton - Membro Independente do Conselho Isabella Saboya - Membro Independente do Conselho		João de Almeida Sampaio Filho - Membro do Conselho Eliane Aleixo - Membro Independente do Conselho Ricardo de Santos Freitas - Membro Suplente do Conselho Independente Carolina Zang - Membro Suplente do Conselho Janine Meira - Membro Suplente do Conselho Independente Miguel Falcón - Membro Suplente do Conselho
Diretoria		
André Guillaumon CEO	Gustavo Javier Lopez CFO e Diretor de Relações com Investidores	Eduardo Marrey Diretor Comercial
Parecer do Comitê de Auditoria		Parecer do Conselho Fiscal
1. Os membros do Comitê de Auditoria da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, eleitos em reunião de Conselho de Administração, realizada em 28 de outubro de 2025, com mandato de 2 (dois) anos, no exercício de suas funções e cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social 2025/26, findo em 30 de junho de 2026 ("Demonstrações Financeiras de 25/26"). 2. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da PricewaterhouseCoopers ("PwC"), emitido nesta data, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração, os membros do Comitê de Auditoria concluíram que, referente ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2026, (i) as Demonstrações Financeiras Individuais de 25/26 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (ii) as Demonstrações Financeiras Consolidadas 25/26 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil; estando todos os seus aspectos relevantes adequados, sendo, portanto, recomendada sua aprovação ao Conselho de Administração para submissão à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, prevista para 21 de outubro de 2026. 3. Sendo o que nos cabia até o presente momento, nossos votos de estima e consideração. São Paulo, 31 de agosto de 2026. Fabiano Nunes Ferrari - Coordenador do Comitê de Auditoria Isaac Selim Sutton - Membro do Comitê de Auditoria Isabella Saboya de Albuquerque - Membro do Comitê de Auditoria		1. Os membros do Conselho Fiscal da BrasilAgro - Companhia Brasileira De Propriedades Agrícolas, eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de outubro de 2025, com mandato de 1 (um) ano, no exercício de suas funções e cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social 2025/2026, findo em 30 de junho de 2026 ("Demonstrações Financeiras de 2025/2026"). 2. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da PricewaterhouseCoopers ("PwC"), emitido nesta data, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração, os membros do Conselho Fiscal concluíram que, referente ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2026, (i) as Demonstrações Financeiras Individuais de 25/26 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (ii) as Demonstrações Financeiras Consolidadas 2025/2026 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil; estando todos os seus aspectos relevantes adequados, devendo, portanto, ser encaminhados à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se em 21 de outubro de 2026. 3. Sendo o que nos cabia até o presente momento, nossos votos de estima e consideração. São Paulo, 31 de agosto de 2026. Ivan Luvisotto Alexandre - Presidente do Conselho Fiscal Geraldo Affonso Ferreira - Membro do Conselho Fiscal Marcos Paulo Passoni - Membro do Conselho Fiscal

Aos Administradores e Acionistas **BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas**
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA: Estimativa do valor justo das propriedades para investimento para fins de divulgação: Em 30 de junho de 2026, o saldo de propriedades para investimento, representado pelas terras e respectivas infraestruturas de fazendas, mensuradas ao custo, líquido das depreciações acumuladas, totalizava R\$ 1.337.422 mil no Consolidado, cujo respectivo valor justo correspondia a R\$ 3.231.177 mil, conforme divulgado na Nota 11. O processo de estimativa do valor justo pela Companhia, para fins de divulgação, requer o envolvimento de especialistas e o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como localização das fazendas, tipo de solo, clima da região, área total, percentual de abertura e cálculo das benfeitorias. Assim como no exercício anterior, este assunto permaneceu como um dos principais assuntos de auditoria em função da representatividade desse ativo, bem como o fato de utilizar premissas subjetivas para definição do valor justo dos ativos, o que envolve grau elevado de julgamento da Companhia. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Aspectos relevantes das nossas respostas de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: (a) Obtenção do entendimento e teste dos principais controles internos relacionados aos processos de avaliação e determinação do valor justo. (b) Avaliação da razoabilidade das principais premissas, entendimento das principais variações do período e revisão retrospectiva das projeções. Também efetuamos teste da metodologia e modelo de avaliação utilizado para mensuração do valor justo, bem como em sua coerência geral lógica e aritmética. (c) Análise da adequação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relacionadas a esse assunto. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação do valor justo das propriedades para investimento, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos. **Porque é um PAA: Mensuração ao valor justo dos ativos biológicos:** Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentava saldo de R\$ 140.943 mil na Controladora, e de R\$ 291.041 mil no Consolidado, na rubrica "Ativos biológicos", classificados entre ativo circulante e ativo não circulante, conforme estimativa de prazo de safra/corte dos produtos agrícolas. Conforme descrito nas Notas 3.9, 4(b) e 10, os ativos biológicos correspondem às culturas de grãos, algodão, cana-de-açúcar e gado

e são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da Companhia com premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à: (i) área plantada, (ii) produtividade, (iii) quantidade, (iv) preço futuro de mercado ativo, (v) custos de plantio e produção e (vi) taxa de juros para desconto dos fluxos de caixa. Mantivemos este assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função dos riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento pela Companhia e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, na posição patrimonial e no resultado do exercício. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Aspectos relevantes das nossas respostas de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: (a) Entendimento e testes dos principais controles internos estabelecidos pela Companhia para a mensuração desses ativos (b) Efetuamos testes da metodologia utilizada no modelo matemático, bem como da consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, mediante comparação com indicadores-chave de monitoramento, dados internos da Companhia aprovados pela administração e dados externos públicos relacionados ao setor. (c) Comparação dos dados das avaliações feitas com as respectivas contabilizações, dentre elas a classificação entre ativos circulante e não circulante, e divulgações, incluindo a descrição dos principais fatores que podem influenciar na determinação e variação do valor justo dos ativos biológicos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação do valor justo dos ativos biológicos, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos. **Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o "Release de Resultados 4T26" ("Relatório da Administração"). Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades**

Conselho Fiscal	
Ivan Luvisotto Alexandre - Membro do Conselho Luiz Fernando Oliveira Fernandes da Silva - Membro Suplente do Conselho Geraldo Affonso Ferreira - Membro do Conselho Leonardo de Paiva Rocha - Membro Suplente do Conselho Marcos Paulo Passoni - Membro do Conselho Ariane Cristina Vilalta - Membro Suplente do Conselho	
Contador	
Marcos Alexandre da Silva Peres CRC - 1SP239197/O-5	
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	
Em conformidade às disposições constantes no artigo 31 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre e ano encerrados em 30 de junho de 2026. São Paulo, 03 de setembro de 2026	
André Guillaumon - CEO Gustavo Javier Lopez - CFO e Diretor de Relações com Investidores	
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	
Em conformidade às disposições constantes no artigo 31 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre e ano encerrados em 30 de junho de 2026. São Paulo, 03 de setembro de 2026	
André Guillaumon - CEO Gustavo Javier Lopez - CFO e Diretor de Relações com Investidores	

do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 3 de setembro de 2026
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5
Emerson Lima de Macedo - Contador - CRC 1BA022047/O-1



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>